

ATA 08/2025 – REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA

Ao décimo oitavo dia do mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, às 16h, reuniram-se no local, os seguintes membros titulares e suplentes: Luiz Fernando Swiantek, Samantha Silva, Anne Louise Pinheiro, Tônia Mansani de Mira, Sabrina Ávila Rodrigues, Suellen Fernanda Pavanelo da Silva, Ricardo Alexandre Schechtel, Edilson Gorte, Antônio Renato Beltrão Galvão, Affonso Weigert de Saldanha, Gustavo Ribas Neto, Priscilla Garbelini Jaronski, Maria Donizete Teixeira Alves, Roberto Mateus de Bortoli, Mario Rodrigues Montemor Netto, Recieri de Tarso Zenardi, e convidados: Gilmar Denck, Marcos Adrian, Thiago Safieddine, Kamila Kanawate e Wagner Denck. Abertura da Reunião: a Presidente Priscilla deu as boas-vindas a todos os presentes, informou sobre a pauta 1. Abertura da reunião 2. Apresentação Associar 3. Apresentação Capacitação SEBRAE 4. Apresentação Estudo Porto Seco 5. Palavra Aberta. De abertura ao primeiro assunto, por parte da presidente Priscilla, a reunião teve início com a aprovação da ata anterior, sem quaisquer ressalvas. Na sequência, foi anunciada a adoção de um controle de presença mais rigoroso, a partir de sugestão da prefeita, visando melhorar a organização dos conselhos da cidade. Ficou estabelecido que as entidades serão notificadas formalmente ao acumularem cinco faltas totais ou três consecutivas, conforme regulamento, como forma de garantir representatividade e comprometimento dos membros titulares e suplentes. Ressaltou-se, entretanto, que essa regra não seria aplicada de forma rígida à reunião atual, em virtude da alteração de data que buscou viabilizar a participação do SEBRAE e compatibilizar outros compromissos. Também foi definido o cronograma de encontros até o fim do ano, incluindo reuniões em setembro e outubro, possivelmente uma capacitação em novembro e uma reunião de caráter mais festivo em dezembro, que marcará o encerramento das atividades, retomadas em fevereiro, entretanto a capacitação em novembro ainda está em processo de viabilização, não está confirmada. Na sequência, Gilmar apresentou uma proposta de organização da sociedade, destacando o papel fundamental do Conselho de Desenvolvimento como instância de convergência entre setores. Foi explicada a divisão em três segmentos: o primeiro setor, representado pelo governo, responsável por políticas públicas e arrecadação; o segundo setor, composto por empresas e empreendedores, responsáveis pela geração de riqueza; e o terceiro setor, formado por entidades empresariais e sociais que atuam na influência de políticas e no ambiente de negócios. Dentro desse terceiro setor, foi sugerida uma estrutura hierárquica que contemple associações de segmento, conselhos setoriais e conselhos municipais, com o objetivo de ampliar a organização e a eficácia. Foi reforçada a distinção entre demandas emergenciais, que exigem solução imediata junto ao governo, e demandas estruturantes, que demandam planejamento coletivo no Conselho, sendo estas últimas o foco prioritário do colegiado. A presidente Priscilla ressaltou, que as proposições de políticas públicas são encaminhadas ao poder público por meio da Agência de Inovação e Desenvolvimento, representando a soma de todas as entidades-membro. Tônia Mansani, presidente da agência de Inovação e Desenvolvimento, ressaltou a necessidade de superar o individualismo institucional, enfatizando que as pautas de desenvolvimento estruturante devem ser conduzidas pelo Conselho como instância maior. Gilmar, destacou que a participação no Conselho representa um exercício de responsabilidade social e não apenas uma atividade voluntária, e foi sugerida a criação de um programa de educação para a cidadania a fim de conscientizar os membros sobre seu papel e a importância da participação ativa, inclusive por meio de suplentes. Tônia Mansani comentou que o CDEPG deve buscar mais força enquanto articulador das entidades e conselhos de Ponta Grossa, buscando que as ações sejam convergentes ao MasterPlan 2043, como o CDEPG é um conselho deliberativo, que a formulação de políticas públicas é prerrogativa exclusiva do governo, cabendo às demais instituições contribuir com demandas, evitando confusões com política partidária. Discutiu-se também a importância das câmaras técnicas, nesse projeto, para se buscar evitar redundâncias, ao formar mais entidades similares às já existentes, como uma nova câmara técnica de turismo, já que a secretaria de turismo já tem uma organização similar a o que seria uma câmara técnica de turismo, o ideal é juntar forças convergindo à um mesmo propósito. Recieri reiterou a importância das câmaras técnicas e conselhos, e comentou que está em elaboração um manual de compliance e governança jurídica, na OAB, para melhor entendimento dos participantes dos conselhos e câmaras e comitês técnicos da cidade, para que cada participante entenda o seu papel nessas entidades. A Tônia trouxe a pauta e o grupo reconheceu a falha em não disseminar adequadamente o

Masterplan para outros setores da sociedade, como a academia e outras secretarias, o que impediu sua apropriação e uso mais amplo, e que esse é um dos motivos da atual falta de integração entre o CDEPG e os outros conselhos da cidade. No campo da capacitação, foi apresentada pela Suellen, a proposta surgida de discussões internas e da participação em programas de novas lideranças, elaborada em parceria com Humberto Dantas. O tema central será a atuação política do Conselho, com foco em criação, impacto e articulação, visando fortalecer a visão plural e estratégica dos conselheiros. O público-alvo inicial serão conselheiros titulares e suplentes, do CDEPG, com metodologia prática, incluindo dinâmicas, exposições dialogadas, happy hour de integração e visita técnica em março de 2026. O planejamento inicial é de que a capacitação ocorra no dia 13 de novembro. A metodologia será imersiva e prática, com dinâmicas, exposições dialogadas, e uma visita técnica para conhecer boas práticas, possivelmente em Londrina, Maringá ou Foz do Iguaçu, em Março de 2026. O conselho dispõe do fundo de desenvolvimento, que será utilizado a verba desse fundo para contratação via licitação e este valor cobrirá a capacitação local e subsidiará parte da viagem para a visita técnica. Os participantes precisarão arcar com parte dos custos da viagem. O critério de prioridade para a viagem será a frequência de participação nas reuniões do conselho. Espera-se o reconhecimento do papel político do conselho, a valorização da política como ferramenta de transformação, o fortalecimento de pactos coletivos em detrimento de interesses individuais e o engajamento dos membros. Além disso, a Priscilla destacou o evento em Maringá, o encontro dos Conselhos de Desenvolvimento do Brasil, incentivando a participação, sem subsídios. Em paralelo, propôs-se buscar a viabilização da contratação do serviço para a elaboração de um plano de internacionalização de Ponta Grossa, visando promover a cidade como marca no exterior, esse plano depende da contratação via licitação, que ainda está em trâmite. A presidente Priscilla comentou sobre a apresentação da atualização de um estudo sobre a viabilidade do Porto Seco, estudo feito pelo SEBRAE, elaborado com apoio do delegado da Receita Federal, Dr. Remy, incorporando análises mercadológicas e adequações normativas, recebendo elogios pela robustez. Foram utilizados dados de pesquisa com indústrias locais, informações da Receita e compilações do Diário dos Campos. A apresentação foi feita à Receita no dia 16 de Setembro, com presença de representantes da ACIPG e do poder público, a presidente ressaltou que não foi convidado nenhum membro representante do Conselho de Desenvolvimento e do SEBRAE nessa reunião. O próximo passo será aguardar o retorno da Receita e iniciar estudos técnicos complementares, já havendo interesse de outras cidades em replicar a iniciativa. Foi trazido à tona assunto do abastecimento de água, por parte do Edilson Gorte, procurando antecipar o problema, e medidas que podem ser tomadas acerca do assunto, uma das sugestões da Priscilla, mediante esse risco de desabastecimento de água, comentou que as Câmaras de Mobilidade e Infraestrutura e do Agro podem tratar do tema em conjunto e cobrar a Sanepar, em continuidade a ofício já encaminhado. Foi divulgado por parte do Affonso, o início da Semana do Cavalo, organizada pela Sociedade Rural, com atividades até domingo, incluindo provas de raças e julgamentos de ovinos, com entrada gratuita e estacionamento disponível. Foi trazido pelo Gustavo Ribas, o assunto do traçado atual do Contorno, que foi considerado inadequado por atravessar a cidade, excluindo áreas relevantes como a Maltaria e o Alphaville. Imagina-se que um traçado alternativo acrescentaria cerca de 1,2 km ao trajeto, reincorporando esses polos. A presidente ressaltou que o Conselho possui cadeiras nas comissões tripartites dos três lotes do projeto e pretende utilizá-las estrategicamente, já tendo solicitado em uma reunião da comissão, a antecipação das obras, triplicação da saída até o Espreia e inclusão de áreas de serviço, além também de reforçar a importância de alinhar demandas com o governo municipal e documentá-las via ofício, à ser elaborado em encontros da câmara técnica de Mobilidade e Infraestrutura, junto a outras entidades, para buscar atender as demandas das entidades representadas pelo Conselho. O Renato trouxe para discussão, a situação da população em situação de rua, que tem crescido em Ponta Grossa, gerando impactos econômicos e sociais. A presidente citou a necessidade de estruturar uma Câmara Técnica de Segurança, aproveitando grupos já existentes e convidando novos atores estratégicos, com objetivo de desenvolver projetos específicos, alinhados ao MasterPlan, que agora pode ser uma boa oportunidade para tirar esse projeto do papel. Finalizando os tópicos descritos em pauta e não havendo mais falas, a Presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião ordinária.



PRISCILLA GARBELINI JARONSKI
PRESIDENTE